

Constituinte, entre os liberais e os xiitas

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Agora conferida pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, parte dos relatórios das oito comissões temáticas — divididas em três subcomissões, cada — já rendeu nada menos do que vinte metros de papel, escurecidos por sugestões redundantes ou passíveis de enquadramento nas leis ordinárias. O resultado autoriza pensar nas muitas horas de trabalho e despesas vãs feitas até agora por conta da próxima Carta Magna. Pior ainda é a constatação de que só às custas de muito mais trabalho consequente dos constituintes, e infinitas despesas para os contribuintes, será feita a necessária "itpoaspração" dos excessos atuais e futuros, até a redação final de nossa Lei Maior, até pelo fim do ano ou pouco mais. Uma boa constituição será, se tudo correr bem e o conteúdo justificar, uma espécie de Papai Noel para os brasileiros — que já estão escaldados das grandes expectativas e vêm tendo uma amostra negativa dos debates na Constituinte. A espera pode ser compensada caso os oito redatores auxiliares da Comissão de Sistematização, e o próprio relator, aprovelem um documento contundente de um tipo que não puxe a brasa para a sardinha de ninguém, que supere o populismo barato que sopra como o vento de uma peste medieval no Brasil de hoje, e que transcenda pelo menos o ano cabalístico 2000, quebrando a tradição nacional de aprovar uma constituição a cada duas décadas. Não será pedir muito, à luz de exemplos edificantes que podem ser encontrados pelo mundo afora. A Constituição norte-americana, feita em menos tempo, em condições muito precárias e sem o concurso de tanta gente, continua quase incólume 200 anos depois. Tudo leva a crer que a nossa (que está custando dinheiro à Nação, tempo e energia de algumas centenas de homens eleitos para essa finalidade) terá um diabólico complicador com que a norte-americana jamais sonhou: a necessidade de regulamentar os dispositivos aprovados, para evitar "o descumprimento de matérias referendadas e incluídas na Constituição". Isso é o que dizem alguns auxiliares do deputado Bernardo Cabral, homem-chave da Comissão de Sistematização e centro das observações do País inteiro, no momento.

Esses auxiliares do relator acreditam que foi a falta do dispositivo regulamentador que impediu que, por 40 anos, trabalhadores brasileiros participassem efetivamente dos lucros das empresas nacionais — o que, se tivesse acontecido, teria mudado a face do País. Não é fácil acreditar que tanto prejuízo tenha resultado de uma pequena omissão de um ex-ministro e ex-governador de estado, afeito às filigranas jurídico-econômicas mas distraído no momento da votação, em 1946. Histórias como essas estão circulando nas comissões da Constituinte, tentando exercer um efeito didático sobre os atarefados senhores que se vêm dedicando ao preparo do mandato constitucional, por infelicidade ou descuido uma colcha de retalhos que, para cobrir a cabeça da Nação, terá de descobrir seus pés.

Os sistematizadores parecem conscientes de que esta não é hora para amenidades. No seu trabalho,

tudo o que se espera deles é bom senso e conhecimento da realidade brasileira. O folclore nacionalista e socializante que inundou as cabeceiras vazias do País, e que é reforçado pela maior infiltração ideológica dos meios de comunicação que jamais se viu por aqui, penetrou fundo na consciência popular. De tal modo que todo grupo representativo da opinião pública brasileira tem seus resíduos, seus representantes, seus "agentes-marmotas", inertes por longo tempo mas preparados para entrar em ação quando forem necessários. E eles agora são absolutamente necessários, porque uma nova constituição está sendo preparada para reger o País por meio século ou mais. Quanto mais "signos" de esquerda eles conseguirem colocar no corpo da nova Carta — assim acreditam esses camaradas — mais facilitado será seu trabalho no futuro e mais próxima estará a tomada do poder.

Os benefícios para o Brasil de uma verdadeira economia de mercado, associada à implantação de uma democracia moderna, precisam ser evitados pelos que querem manter as dificuldades atuais — porque esse é o seu caldo de cultura, é o meio em que eles prosperam. Uma reforma agrária burra e estreita, jornada semanal de 40 horas e estabilidade instantânea no emprego, direito de greve ilimitado e reserva de mercado para evitar o "imperialismo yanque" são as palavras de ordem desses hoje civilizados guerrilheiros urbanos, que agora combatem com gritos, persistência, rapidez e esperteza na Constituinte, e que esperam desta vez colher bons frutos na Comissão de Sistematização. Mas há gente bem-intencionada e competente batalhando também por um projeto digno do nome. O que ninguém entendeu, até o momento, é a razão dos dois grupos da comissão — o comandado por Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e o sob a batuta de Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) — estarem empenhados em luta furiosa para entregar primeiro suas conclusões ao relator Cabral. Se a causa disso é excesso de patriotismo, todo mundo na comissão está de parabéns.

Salta à vista que a grande preocupação na Assembléia Nacional Constituinte é a definição do tipo de regime que o País terá a partir da discussão "liberdade individual versus coletivização". O embate é esperado com grande interesse, mas, se muita gente está apenas curiosa, outros estão trabalhando ativamente na propaganda do seu ponto de vista. Idéias e propostas liberais são defendidas com alguma timidez, enquanto as colocações "progressistas" (para dizer claramente, de fumaças marxistas) são feitas às escâncaras porque as "patrulhas" cobram eficientemente e as galerias trovejam em uníssono, conduzindo votos e refazendo opiniões. Há verdadeiras fábricas de historinhas folclóricas, levando água ao moitinho da esquerda e tentando caracterizar quem se opõe a ela como lobista, "direitista" e "reacionário". No Brasil, o medo dos rótulos da sinistra ainda é um fato, como em alguns países do Terceiro Mundo. Acontece aqui o que ocorria na França há 20 anos, antes das barricadas de 68, que ridicularizaram para sempre as agremiações e os políticos da linha auxiliar soviética.